

# CONTRIBUIÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PRONATEC NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM ESTUDO DE CASO COM EGRESSOS EM ALTO PARAÍSO DE GOIÁS

## *Contribution of the Pronatec Public Policy in Professional and Technological Education: a case study with graduates in Alto Paraíso de Goiás*

Daniela Machado Caldeira<sup>1</sup>

Ricardo Faustino Teles<sup>2</sup>

**Resumo:** Este estudo aborda a contribuição das políticas públicas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e seus reflexos no mundo do trabalho, com o objetivo principal de traçar, por intermédio de narrativas de egressos, os reflexos dos cursos profissionalizantes no encaminhamento profissional de jovens e adultos de Alto Paraíso de Goiás. Dentro desta perceptiva, destacou-se como contexto histórico, a criação de políticas educacionais para trabalhadores após a crise capitalista de 1929 e concentra-se no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e seu impacto na EPT. O estudo se justificou pela relevância pública de compreender como as políticas em EPT, especificamente o PRONATEC, impactaram a formação profissional e as oportunidades de emprego dos egressos em Alto Paraíso de Goiás, possibilitando futuras políticas educacionais locais. Como trajeto metodológico, iniciou-se por uma revisão bibliográfica sobre o tema com uma abordagem qualitativa e natureza básica. Quanto aos procedimentos técnicos, foram combinados o estudo de caso e a pesquisa narrativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semi estruturadas e o tratamento dos dados foi por intermédio de análise das narrativas conforme Labov (1972) e Bardin (2001). Os resultados, em linhas gerais, revelaram a importância do PRONATEC na introdução de inovações, contribuindo para uma aprendizagem mais crítica dos egressos. Em síntese, a pesquisa ofereceu reflexões significativas sobre o papel das políticas públicas na EPT na formação profissional e nos mostrou como a educação profissional trouxe uma relevância representativa na vida dos indivíduos, que se sentiram representados e trouxe o resgate de suas vidas como cidadãos participativos, que trabalham, que estudam e que fomentam a economia local.

---

<sup>1</sup> Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFB (ProfEPT). E-mail: dannyassessoria@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Florestais pela Universidade de Brasília. Docente no IFB. E-mail: ricardo.teles@ifb.edu.br

**Palavras-chave:** Educação profissional; Pronatec; Política Pública; Egressos; Alto Paraíso de Goiás.

**Abstract:** *This study addresses the contribution of public policies in Professional and Technological Education (EPT) and its reflections in the world of work, with the main objective of tracing, through narratives of graduates, the reflections of vocational courses in the professional placement of young people and adults from Alto Paraíso de Goiás. Within this perspective, the historical context was highlighted, the creation of educational policies for workers after the capitalist crisis of 1929 and focused on the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC), and its impact on EPT. The study was justified by the public relevance of understanding how EPT policies, specifically PRONATEC, impacted the professional training and job opportunities of graduates in Alto Paraíso de Goiás, enabling future local educational policies. As a methodological trajectory, it began with a literature review on the subject with a qualitative and basic approach. Regarding technical procedures, case study and narrative research were combined. Data collection was carried out through semi-structured interviews and data analysis was performed through analysis of narratives according to Labov (1972) and Bardin (2001). The results in general revealed the importance of PRONATEC in introducing innovations, contributing to a more critical learning of the graduates. In summary, the research offered significant reflections on the role of public policies in EPT in professional training, and showed us how vocational education brought a significant relevance in the lives of individuals, who felt represented and brought back the rescue of their lives as participatory citizens, who work, who study and who foster the local economy.*

**Keywords:** *Professional education; Pronatec; Public policy; Graduates; Alto Paraíso de Goiás.*

## 1. Introdução

Estudos de autores como Antunes (2009), Batista & Muller (2021), Cunha *et al.* (2012) e Saviani (2007), que estão presentes nesta pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica, partem da premissa que os cursos de profissionalização foram criados com intuito de preparar os indivíduos para o mundo do trabalho, de forma prática e contínua. Assim, com o objetivo geral de traçar por intermédio de narrativas de egressos os reflexos dos cursos profissionalizantes no encaminhamento profissional de jovens e adultos de Alto Paraíso de Goiás, essa pesquisa abarca temática como o fortalecimento do capitalismo (pós) revolução industrial, em que o objeto era o homem produtivo e os processos sistemáticos de produção, nos quais a qualidade e a rapidez passaram a ser os critérios primordiais para a empregabilidade. Batista & Muller (2021) reforçam essa concepção e salienta que só a partir do crescimento do parque industrial brasileiro se pensou em instituir políticas públicas educacionais voltadas ao público trabalhador:

Se pensarmos na educação profissional nos moldes como a conhecemos hoje, perceberemos que apenas na década de 1930, após a grande crise capitalista de 1929 e o crescimento do parque industrial brasileiro com

a consequente inserção do Brasil no capitalismo internacional, foram criadas **políticas públicas** que incluíam a educação profissional (Batista; Muller, 2021, p. 53, grifo nosso).

Desse modo, pode-se descrever Política Pública como um conceito utilizado no discurso dos gestores e das lideranças da sociedade civil como o conjunto de intervenções e ações do Estado orientadas para a geração de impactos nas relações sociais, sendo as mais conhecidas as políticas de educação, saúde, assistência social, transporte e habitação. E essas políticas tornaram-se mais efetivas a partir do final do século XX, quando a visão assistencialista das políticas públicas passou a ter um caráter mais amplo e coletivo como forma de minimizar os diferentes impactos e distúrbios sociais.

A percepção de minimizar impactos sociais e fomentar oportunidades mais uniformes vem ao encontro do reconhecimento que é a sociedade o maior ator demandante dos temas de repercussão nacional no sentido de redirecionar as situações emergentes para um posicionamento efetivo dos atores governamentais que têm sua formação de agenda afetada por estes clamores sociais latentes. Para Cunha *et al.* (2012):

O projeto educacional brasileiro é um exemplo de tema que tem sofrido ao curso da história várias transformações em seu foco, pois o mesmo precisa contemplar políticas voltadas para uma sociedade que acordou relativamente tarde para a questão educacional, o que se reflete ainda hoje na qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas [...] Os problemas educacionais enfrentados atualmente, fazem parte de uma longa história de descaso, políticas descontinuadas e colocação das questões educacionais em segundo plano (Cunha *et al.*, 2012, p.4).

Dentro desse contexto, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, expresso na Lei n.º 12.513/2011, é uma política pública elaborada pelo Governo Federal, “com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (Brasil, 2022). Porém, é um exemplo de política pública descontinuada, já que teve mais investimento nos primeiros 4 anos da Lei. Mas, ainda assim, é uma lei que trouxe muitas transformações na educação profissional, nos apresentando uma nova visão de inovação no currículo e na didática, possibilitando aos jovens e adultos uma aprendizagem mais crítica para o mundo do trabalho.

O mundo do trabalho nada mais é tudo que envolve e leva o indivíduo a se relacionar com as atividades laborais, a cultura vigente, o meio ambiente que o cerca e a capacidade de demonstrar seus conhecimentos intelectuais, práticos e de comunicação. Além disso, inserido no entendimento de mundo do trabalho está a forma como esse indivíduo vê o mundo capitalista e como isso reflete em sua vida econômica e social. Antunes (2009) reforça:

É, como a linguagem e a sociabilidade, uma categoria que se opera no

interior do ser: ao mesmo tempo, em que transforma a relação metabólica entre homem e natureza e, num patamar superior, entre os próprios seres sociais, autotransforma o próprio homem e a sua natureza humana. E como no interior do trabalho estão pela primeira vez presentes todas as determinações constitutivas da essência do ser social (Antunes, 2009, p.145).

E essa interação homem/natureza e sociedade sempre vai buscar uma transformação e, muitas vezes, uma formação continuada, proporcionando oportunidades mais homogêneas. Assim, a educação profissional e tecnológica com seus efeitos voltados para o mundo do trabalho foi inserida em grande parte do Brasil, sobretudo no Estado de Goiás. Dentro desse contexto, embora essa temática não tenha sido original no campo da pesquisa, ela foi relevante, genuína e inédita para contextualizar as memórias da EPT e fundamental para compreender como esse processo ocorreu no município e para possíveis novos investimentos em políticas públicas em Alto Paraíso de Goiás, local deste estudo.

## 2. A Educação Profissional e Tecnológica

O histórico do ensino profissional e tecnológico, nos modelos vigentes no Brasil, segue um contexto distinto a partir do século XX, no que se refere à educação profissional de jovens e adultos. Os cursos profissionais passaram por vários padrões e metodologias, desde aulas presenciais, por correspondência, rádio aula e teleaula, modelo presencial com oficinas, até os parâmetros atuais como o REANP (Regime de Aulas Não Presenciais) e o EaD (Ensino a Distância), bem como os modelos híbridos que combinam duas ou mais modalidades de práticas educacionais. Para início da contextualização, é pertinente rever os principais eventos que marcam o ensino profissionalizante no país, destacando algumas iniciativas como: as escolas de Aprendizizes Artífices em 1909, o Jornal do Brasil que passou a oferecer o 1.º curso de datilografia por correspondência aos seus colaboradores em 1904. "A partir de 1927 torna-se obrigatório a inserção de educação profissional nas escolas primárias, a partir da constituição de 1937, todas as constituições posteriores passaram a tratar o tema dentro do seu contexto" (MEC, 2022). "Na sequência nos anos de 1940, o marco foi o início da rádio Difusão Educativa, fundação dos Institutos Monitor e Universal Brasileiro" (Caldeira, 2021). Em 1960, já funcionava o SENAC (Serviço de Aprendizagem Comercial) e, neste desenrolar, Caldeira (2021, p. 114) ressalta o início da TV Educativa e a Fundação Roberto Marinho em 1977, um sistema de transmissão aberta para todo o país. Mas um dos mais importantes, foi o lançamento a partir dos anos 80 do telecurso 2º grau e a criação em 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A LDB foi um registro histórico dos mais importantes para todo o processo educacional do Brasil, visando melhorias no sistema, currículo, investimentos e na prática docente.

## 2.1 Abrangência e atores das políticas públicas

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 e a instituição da LDB em 1996, o Estado passou a ser atuante em políticas públicas e, sem dúvidas, ampliou e apresentou consistentes programas em educação a partir do século XXI. Portanto, é pertinente salientar que a Política Pública é utilizada no discurso dos gestores e das lideranças da sociedade civil, como o conjunto de intervenções e ações do Estado orientadas para a ampliação de prestação de serviços à população. Com esta compreensão, apura-se que, em meados do século XX, a visão assistencialista das políticas públicas tomou um caráter mais amplo como forma de minimizar os diferentes impactos e distúrbios sociais. O primeiro ponto a ser analisado em se tratando de políticas públicas é o enfoque que essa temática passa a ter: se um novo projeto público está na esfera da política ou se atende ao clamor social a partir de uma demanda que seja ampla e possa democraticamente referendar o maior número de pessoas da população no país. Para isso, alguns aspectos devem ser observados para entender e definir o caráter e a abrangência de uma política pública. Entre estes indicadores é pertinente destacar os "*recursos financeiros, os créditos intelectuais da política pública, os agentes reguladores, o produto a ser desenvolvido, a população a ser atendida e o retorno desta política na esfera pretendida*" (Muller, 2002, p. 13).

Outro panorama a ser considerado para a elaboração, acompanhamento e análise de uma política pública, é observar o seu ciclo de desenvolvimento que, conforme Rua (2012, p. 34), consiste em: "*Formação de agenda, definição do problema, análise do problema, tomada de decisão, implementação, monitoramento, avaliação e ajuste*". Neste sentido para a avaliação de uma política pública é necessário "*um julgamento, deve ser sistemática, incide sobre efeitos e impactos, deve-se analisar se é uma política, programa ou projeto, definição de critérios para as análises, e por fim a avaliação tem como finalidade contribuir para o seu aperfeiçoamento e aprendizado institucional*" (Rua, 2012, p. 106).

Sendo assim, para uma avaliação adequada é importante ter em mente a "*avaliação ex-ante*, ou seja, quais eram as expectativas que incidiam sobre a política ou o programa e a avaliação *ex-post*, que quer dizer como os atores se comportaram após terem participado de uma determinada política pública" (Rua, 2012, p. 111).

Mesmo antes da avaliação dentro deste ciclo de políticas públicas, é relevante salientar quem são os atores participantes das políticas públicas. Eles vão construir, serem beneficiados e darem o *feedback* da atuação do projeto no contexto social. Os atores políticos são os principais interessados e terão seus interesses afetados e transformados por uma ação política. São eles: "os políticos de mandatos eletivos, servidores de cargo público, os trabalhadores, os empresários, as ONGs e a população beneficiada com determinada área de atuação do projeto da política pública" (Rua, 2012, p. 39).

Com esse pressuposto, pode-se afirmar que o Estado, em linhas gerais, é o ator

responsável e com poder decisório para que uma política pública seja implementada. A sociedade depende da iniciativa e principalmente do investimento governamental para que os programas possam vigorar.

### 2.2.1 Políticas públicas na educação profissional

As políticas públicas na educação surgem mais estáveis a partir dos anos 1970, quando os governantes justificam a educação profissional como forma de suprir a deficiência da oferta do ensino superior no país. Conforme Ortigara (2021), *"foi só após os anos 90 que surge a Lei n.º 8.948/1994, que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica"*. Logo a seguir na LDB, a educação profissional foi abordada especificamente no Capítulo III, Art. 39 e em seu *caput o qual* estabelece que: *"A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia"* (Brasil, 1996). E no mesmo artigo, inciso 2º parágrafos I e II, *"A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional e de educação profissional técnica de nível médio"* (Brasil, 1996). Já nos anos 2000, Ortigara (2021, p. 105), destaca a criação dos Institutos Federais através da Lei n.º 11.892/2008 e na sequência então a Lei n.º 12.513/2011, que cria o PRONATEC, passando a integrar as normatizações atuais e importantes para a educação profissional brasileira. Em 2015, ementa constitucional n.º 85 amplia o artigo 213, parágrafo 2º, disponibilizando os investimentos em pesquisa e extensão, inclusive para as instituições que ofertam a educação profissional e tecnológica.

Assim, essas leis passaram a vigorar a partir de delimitações do (MEC) Ministério da Educação que institui, fomenta, distribui, regula, monitora e avalia a partir de relatórios e estatísticas, a efetividade da implementação setorial dos cursos profissionalizantes. Assim pode-se perceber que o Ministério da Educação (MEC) estabelece e orçamento do PRONATEC, defini os critérios de elegibilidade para cursos e instituições e por fim aloca recursos orçamentários para o PRONATEC. Na sequência as Instituições de Ensino, oferecem cursos de formação técnica e profissional após candidatar para obter financiamento e aprovadas recebem os recursos do MEC.

Dessa forma, a divulgação fica a cargo do MEC e as instituições de ensino promovem os cursos do PRONATEC e, ao tomar conhecimento os estudantes se inscrevem nos cursos. Essa seleção de estudantes é feita pelas instituições de ensino que avaliam e selecionam os candidatos. Com a verba aprovada e cronogramas estabelecidos, as instituições ministram os cursos, fornecem material didático, contratam professores e pessoal administrativo. Por sua vez, os municípios fornecem os locais de realização dos cursos e fazem o monitoramento. Com o fim do cronograma, ocorre o encerramento do fluxo quando os alunos concluem a formação e recebem certificados de conclusão.

Um ponto relevante a se observar através desta pesquisa é que o MEC, de alguma forma, está no início e fim do processo. Mas são as instituições parceiras públicas

ou privadas, incluindo o sistema S, que apresentam o monitoramento e finaliza a prestação de contas.

### 2.3 PRONATEC: Legislação e política pública

O PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) é uma política pública criada pelo Governo Federal através da Lei n.º 12.513/2011, “com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira” (Brasil, 2022). Neste sentido o PRONATEC, tem como objetivos:

Art. 1º, parágrafo único. Inciso I, ordenar sobre: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional [...] Art. 2º, incisos I, II, o PRONATEC atenderá prioritariamente: estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens, adultos e trabalhadores [...] Art. 4º inciso V, financiamento da educação profissional e tecnológica, e em linhas gerais, estimular as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (Brasil, 2011).

Assim sendo, a criação da Lei n.º 12.513/2011 veio reforçar o Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004, alterado pelo Decreto n.º 8.268, de 18 de junho de 2014, que presume matéria similar. Além da criação destas leis e normativas para se consolidar investimentos na EPT, no que tange à esfera governamental, foi a efetiva contribuição do Estado para a expansão dos cursos profissionalizantes:

[...] no mundo globalizado, o conceito de emprego, de trabalho, de empregabilidade vem sendo constantemente questionado. Nesse cenário, em 2008 foi promulgada a Lei n.º 11.892, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com um conceito inovador em termos de proposta político-pedagógica e de perfil de aluno a ser atendido (Batista; Müller, 2021, p. 68).

Concomitante à criação das regionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), iniciaram também parcerias entre o estado e municípios, com o objetivo de descentralizar as unidades de aprendizagem levando a educação profissional para áreas mais interioranas. Assim, o Governo do Estado de Goiás financiado com os recursos oriundos do PRONATEC, instituiu a Lei n.º 18.931, de 8 de julho de 2015, que criou os Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás (ITEGOS), revogada pela Lei n.º 20.976, de 30 de março de 2021, passando para a denominação de Colégios Tecnológicos e Laboratórios (COTECs) e criou as Escolas do Futuro, que fazem parte da rede estadual de educação profissional e tecnológica do estado, incumbidos de disponibilizarem cursos de formação inicial e continuada, qualificação profissional e

educação profissional técnica de nível médio, formação inicial e continuada, qualificação profissional e educação profissional técnica de nível médio.

Dentro deste contexto, o fluxo de distribuição de verbas, atribuições e cursos funciona basicamente nessa ordem de determinações:

- a) A Secretaria da Retomada do Estado de Goiás é a entidade máxima responsável por coordenar e administrar a distribuição de cursos;
- b) O Departamento de Educação Profissional, que está na Secretaria, é encarregado de lidar com todas as questões relacionadas à educação profissional e tecnológica;
- c) A Coordenação de Programas de Formação é a unidade responsável por planejar e implementar programas de formação profissional em colaboração com os COTECs;
- d) Os COTECs (Centros de Educação Profissional e Tecnológica) são unidades de ensino profissionalizante, localizadas em diferentes regiões do estado de Goiás. A Secretaria distribui os cursos para esses COTECs;
- e) Os municípios solicitam cursos e estabelecem parcerias com as unidades regionais;
- f) Os cursos estão inseridos nos programas de formação profissional oferecidos pela Secretaria da Retomada do estado de Goiás e distribuídos para os COTECs em diferentes municípios, conforme sua capacidade técnica de realizar as oficinas.

Importante observar que essa relação de atividades é uma simplificação e pode ser expandida com mais detalhes, como unidades descentralizadas dentro das COTECs, equipes responsáveis pela coordenação em cada nível e outros elementos específicos do processo de distribuição de cursos em Goiás.

### 2.3.1 Breve trajetória do PRONATEC

Antes da criação dos Colégios Tecnológicos no estado de Goiás, tanto no estado, como em outras regiões do país, a educação profissional financiada pelos recursos do PRONATEC era executada pelo serviço nacional de aprendizagem, sendo eles: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE.

Além destas parcerias, pôde-se verificar que o PRONATEC, entre 2011 e 2017, ampliou sua atuação com as iniciativas de expansão da rede federal, implementação da bolsa formação financiando matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC) e ofertas de cursos a distância através da Rede E-Tec.

Procurando fazer uma análise das fases do desenvolvimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego é possível dividi-las em quatro fases distintas, cada uma refletindo as complexidades comuns em programas e políticas públicas. A execução do PRONATEC, de 2011 a 2021, não apenas evidenciou avanços, mas também apresentou desafios e inconsistências.

Assim, desde sua implementação em 2011, o PRONATEC teve um impacto



expressivo nas finanças de diversas regiões do Brasil, destacando-se o estado de Goiás. O investimento estratégico no estado concentrou-se principalmente no suporte a cursos FICs, enfatizando a importância de oferecer treinamento ágil e eficiente para jovens e profissionais em busca de aprimoramento ou requalificação.

Em Goiás, a distribuição de recursos do PRONATEC facilitou a criação de várias turmas de FIC em instituições do sistema “S”, como SENAI e SENAC. Os fundos foram direcionados não apenas para cursos convencionais, mas também para programas voltados a setores emergentes da economia local, como agroindústria e tecnologia da informação. Isso refletiu a abordagem proativa do programa em atender às necessidades específicas do mercado de trabalho regional.

Além disso, os investimentos se estenderam à infraestrutura, incluindo laboratórios, equipamentos e materiais didáticos, resultando em uma melhoria tangível na qualidade do ensino. Assim, o investimento do PRONATEC em Goiás reafirmou o compromisso do programa em promover uma educação técnica e profissional de alta qualidade em todo o país.

Entretanto, a ênfase nos cursos FIC, especialmente destinados à classe trabalhadora menos favorecida, expressou um propósito mais ligado à legitimação do Estado capitalista do que à inserção real no mercado de trabalho. A popularidade do programa apresentou uma abordagem gerencialista, evidenciada nos documentos oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, priorizou a quantidade de matrículas como métrica de sucesso, desconsiderando avaliações mais aprofundadas sobre o impacto efetivo do PRONATEC na melhoria de vida dos estudantes. A discrepância nos números de matrículas entre os Ministérios da Fazenda e da Educação destacou inconsistências na contabilização relacionadas à forma como o MEC divulgou o cumprimento de metas de formação. Dessa forma, a oferta substancial de cursos FIC, “especialmente entre 2011 e 2014, teve um impacto limitado na empregabilidade, conforme análises da Fundação Getúlio Vargas” (FGV, 2014 *apud* Silva; Moura, 2022, p. 8).

Por outro lado, a redução na oferta do PRONATEC “a partir de 2015 coincidiu com a crise econômica e política no Brasil. A diminuição de 45% nas matrículas em 2015, conforme relatado pelo Senai, refletiu ajustes fiscais necessários” (SENAI, 2015, p. 27 *apud* Silva; Moura, 2022, p. 11). A relevância do PRONATEC na transformação da matriz educacional do país contribuiu para sua resiliência, apesar dos cortes orçamentários. Inclusive, Silva e Ramos (2022, p. 8), ressaltam que levantamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Fazenda, em 2016, “indicaram que os cursos FIC do PRONATEC tiveram uma contribuição limitada na inserção de profissionais no mundo do trabalho, mostrando um descompasso entre a oferta de cursos e as demandas reais do mercado, com cursos oferecidos em áreas de baixa demanda de emprego”.

Mas, a partir de 2017, ganhou destaque a discussão sobre a qualidade do ensino médio e a necessidade de ações concretas para assegurar a continuidade dos estudos

para jovens em situação de vulnerabilidade. De 2017 em diante, é possível registrar uma terceira fase do programa com o surgimento da Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que alterou os itinerários formativos do currículo nacional, estabelecendo, em seu art. 36, inciso V, "a formação técnica inserida na carga horária do ensino médio" como um recurso de profissionalização dos jovens. Conforme afirmam Silva, Moura e Souza (2022, p. 200), "*os fundamentos da Lei n.º 13.415/2017, que reformulou o ensino médio, retomam claramente a separação entre educação propedêutica e educação profissional. Isso porque fragmenta o ensino médio por área de conhecimento*". E, para se cumprir a meta curricula, entra em cena as parcerias com Institutos públicos, privados e programas como o médio Tec, cuja intenção, conforme Silva, Moura e Souza (2022, p. 202), "*é disponibilizar uma formação profissional e técnica de forma integrada aos ensinamentos básicos de ensino médio em tempo integral*".

Com a reforma do ensino médio e a descentralização das ações do PRONATEC em relação aos cursos FIC, percebeu-se o foco das ações governamentais voltados para cursos técnicos, e fica óbvia a intencionalidade do Estado em formar uma frente de trabalho com mão de obra mais qualificada para fomentar o sistema produtivo. A proposta de integrar o ensino médio à educação profissional emergiu como uma alternativa para uma formação mais abrangente, alinhada às exigências da sociedade contemporânea, marcando uma nova fase do PRONATEC. Durante esse período, os cursos FIC foram relativizados, resultando em uma redução considerável na oferta, especialmente em municípios como Alto Paraíso de Goiás. Em uma quarta fase, parcerias com o COTEC possibilitou o retorno de cursos de qualificação e capacitação a partir de 2019 de forma presencial. Em 2020 e 2021, foram implementados os cursos no formato REANP e EaD, visando atender jovens e adultos na época da pandemia de covid-19.

Isto posto, a trajetória do PRONATEC ilustra desafios e contradições ao longo de suas diferentes fases, ressaltando a necessidade de uma análise crítica e de estratégias que ampliem as discussões em direção à compreensão da reestruturação das políticas públicas de fomento à educação profissional, alinhadas às exigências do capitalismo e ao papel do homem na sociedade.

## 2.4 O mundo do trabalho

As políticas públicas em educação profissional e o próprio PRONATEC, na redação da Lei n.º 12.513/2011, em seu Art. 1º, inciso VI, cita como prioridade "o estímulo à articulação entre política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda" (Brasil, 2011). Neste sentido, o mundo do trabalho está intrinsecamente relacionado à renda, ou seja, ao capital e como a sociedade percebe isso e passa a interagir como um indivíduo produtivo. Por sua vez, o capital está atrelado ao mercado e ao modelo de produção local. É o mercado que define as formas de geração de moeda, que, por sua vez, regula as relações do homem e o valor atrelado à sua mão de obra produtiva. Nesse sentido, Marx (2013), citado por Cordeiro (2018, p. 20), comenta:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. [...] O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo em que o ser humano, como sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Põe em movimento as forças naturais do seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza (Cordeiro, 2018, p. 20).

Portanto, é importante discutir que na ação para o trabalho, o homem e a natureza possuem uma relação inerente, e este mesmo trabalho juntamente com o capitalismo, são, atualmente, dois fatores sociais que não se desvinculam, e as pessoas, jovens ou adultos trabalhadores/as, buscam, regularmente, melhora da sua empregabilidade para tornar os processos de mão de obra laboral ou informal mais eficazes e valiosos.

Essa busca está relacionada ao aprendizado técnico que pode estar ou não atrelado ao conhecimento adquirido na escola. Conforme Saviani (2007, p. 157), "já houve um tempo em que a separação entre escola e produção refletia [...] a divisão que se foi processando ao longo da história entre trabalho manual e trabalho intelectual".

Dessa forma, a educação brasileira, não deixou de existir no sentido de preparar o indivíduo para o trabalho, mas passou a estabelecer no *"ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática que deverá ser tratada de maneira explícita e direta"* (Saviani, 2007, p. 160). O papel fundamental da escola de nível médio e ensino técnico será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Assim, o indivíduo desenvolve habilidades profissionais politécnicas, tornando-se um trabalhador completo e ciente do seu potencial no processo de produção mercadológica. Desta forma Saviani (2007, p. 161), explica que *"politecnia significa, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna"*.

Nessa perspectiva, a educação profissional é uma importante ferramenta que está inserida tanto na escola básica como na escola complementar que fomenta a formação do indivíduo não só para o trabalho operacional, mas o capacita para assumir cargos e responsabilidades mais ampliadas que exige o capitalismo moderno e o mundo do trabalho.

## 2.5 Conhecendo um pouco da história do município de Alto Paraíso de Goiás

Não diferente de outras partes do Brasil, o Governo do Estado de Goiás, na última década, procurou levantar o nível de aprendizado e qualificação dos jovens e trabalhadores, inclusive em regiões mais descentralizadas do estado, como os municípios do nordeste goiano. Essa iniciativa surge apoiada na Lei n.º 13.005/2014 que

aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) que determina diretrizes, metas e estratégias para a educação no período de 2014 a 2024, no Brasil. E é com a criação da Lei n.º 18.969/2015 que surge o Plano Estadual de Educação de Goiás para o período de 2015-2025, contemplando, entre outras deliberações, parcerias e investimento na educação profissional e tecnológica para jovens e adultos, com a promoção de cursos em áreas urbanas, rurais e em regiões mais remotas e pobres como o nordeste do estado.

Portanto, torna-se pertinente conhecer um pouco das características do município de Alto Paraíso de Goiás, onde se encontra a população de amostragem desta pesquisa. Assim, o que contam os moradores, é que, no século XVIII até o início do século XX, Alto Paraíso era povoado do município de Cavalcante e era apenas uma fazenda chamada de Veadeiros (IBGE, 2022). E em meados de 1926, com o movimento da Coluna Prestes<sup>3</sup>, que percorreu o interior do Brasil e passou na região com 800 homens, a região tornou-se conhecida, e surge então algumas imigrações na década de 50 a partir das quais podem se registrar: o movimento Esperantista, que fundou a fazenda escola Bona Espero e, em seguida, o movimento Kardecista, que fundou a Cidade da Fraternidade (IBGE, 2022). Com a mudança dessas novas caravanas para a região e com os movimentos sociais dos chegantes, nativos e lideranças políticas locais e regionais, surge então a Lei Estadual n.º 4.685, de 10/1963, que promove a emancipação e denomina o Distrito de Veadeiros a município de Alto Paraíso de Goiás (IBGE, 2022).

Em meados do século XX, o município começa a receber imigrantes estrangeiros que passam a divulgar a fama local de esoterismo e curas transcendentais. A região também passou a ser reconhecida no cenário nacional como unidade de preservação ambiental pelos ricos recursos naturais e parques ecológicos da fauna e flora do cerrado de reconhecimento internacional. Conforme dados do IBGE (2022), no que se refere à população local e ao índice de instrução, baseado nas informações do último censo realizado em 2022, a população estimada era de 10.306 mil habitantes, com uma densidade demográfica de 3,97 habitantes por quilômetro quadrado.

Quanto à taxa de escolarização de 6 a 14 anos é de 98%, mantendo-se atualmente o mesmo índice desde o censo de 2010. O município conta com nove escolas de ensino fundamental e três escolas de ensino médio. O ensino médio básico é ofertado pelo Estado e o ensino superior é gerido pelo município por meio da parceria do sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil) com as universidades públicas: Universidade Federal de Goiás – UFG, Universidade Federal de Catalão – UFCAT, Universidade de Brasília – UnB, Universidade Estadual de Goiás – UEG e com o Instituto Federal de Brasília – IFB.

Já se tratando do sistema produtivo e da economia local, o município, que tem 2.594,998 km<sup>2</sup> de expansão territorial, com características rurais, possui PIB (Produto Interno Bruto), registrado, em 2020, de R\$ 29.784,01 mil reais. Em 2021, o salário médio

---

<sup>3</sup> Movimento tenentismo liderado por militares brasileiros que percorreu 25 mil km pelo interior do país em reconhecimento de território durante os anos de 1925 e 1927.

mensal dos trabalhadores formais era de 1,7 salários-mínimos, sendo que apenas 25,39% da população encontrava-se com alguma ocupação (IBGE, 2022).

### 3. Quanto à classificação metodológica da pesquisa

A pesquisa percorreu a memória da EPT no município de Alto Paraíso de Goiás, considerando os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) realizados nos anos de 2011 a 2021 e a formação de jovens e sua trajetória no mundo do trabalho. Neste sentido, o estudo seguiu uma abordagem qualitativa, que é basicamente interpretativa.

No que diz respeito à natureza, foi identificada como básica, pois não pretendeu interferir num processo que já passou e nem mudar a realidade existente. Em relação aos objetivos, a pesquisa possui um caráter descritivo que, segundo Mattar e Ramos, (2021, p. 168), "propõe-se a descrever situações e eventos, respondendo a perguntas do tipo: o quê, onde, quando e/ou como". Este tipo de estudo tem por objetivo aprofundar a descrição de uma determinada realidade (Trivinos, 1987, p. 110).

Já quanto aos procedimentos técnicos para a pesquisa, foram combinados o estudo de caso e a pesquisa narrativa. E, dentro dessa premissa, a pesquisa narrativa é um bom método de geração de dados, porque "*narrações são ricas de colocações indexadas: a) porque elas se referem à experiência pessoal, e, b) porque elas tendem a ser detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e ações*" (Jovchelovitch & Bauer; Bauer & Gaskell. 2003, p. 92).

#### 3.1 Coleta de dados para os resultados da pesquisa

Os principais procedimentos e fonte de coleta de dados ocorreram da seguinte forma: pré-análise de conteúdo com revisão bibliográfica; conteúdo histórico: através de levantamento de informações documentais e acervo fotográfico público; e, a exploração de material de teste foi feito via entrevistas narrativas, semi estruturadas com grupos aleatórios de egressos. Sendo assim, a investigação ocorreu a partir da localização do grupo amostral que foram localizados e contatado presencialmente e via redes sociais. Dos 62 egressos contatados que concluíram algum curso FIC no período temporal de 2011 a 2021 e que foram convidados a participar da pesquisa, apenas 30 egressos aceitaram participar.

#### 3.2 Tratamento dos dados a partir da análise das narrativas

Após o levantamento de dados via gravação de entrevistas semi estruturadas com egressos, foram analisadas as evidências, causas, motivações e fatores em comum detectados a partir da verificação da transcrição das narrativas. Sendo assim, após transcrição das entrevistas, para o tratamento dos dados, foi feita a análise das

narrativas conforme esquema proposto por Labov (1972) citado por Bastos e Biar (2015, p.105-106) que consta de desenvolvimento do sumário, orientação, ação complicadora, avaliação, resultados e coda. Assim, ao conciliar a estrutura de análise das narrativas proposta por Labov (1972), com a sistematização em quadros categóricos pelo método proposto por Bardin (2001), foi possível apurar os dados e chegar aos resultados seguindo a estrutura combinada: coleta e preparação dos dados das narrativas, com a transcrição cuidadosa para preservar todos os elementos da comunicação. No seguimento, ocorre a aplicação do roteiro de Labov (1972), identificando os elementos estruturais em cada história, para entender como cada participante percebeu sua experiência. Ao analisar o discurso, pode se “perceber os indicadores de importância, ambivalência, a denegação, os lugares-comuns, entre outros” (Bardin, 2001, p. 180).

Nessa premissa, foi paralelamente desenvolvido um conjunto de categorias para análise de conteúdo, baseados no objetivo da pesquisa e no questionamento das entrevistas. Na fase final, foi interpretado e apresentados os quadros em suas dimensões e devidas informações, que possibilitou uma boa compreensão dos fatos e suas implicações na vida dos entrevistados e no ambiente atual da pesquisa.

No que tange à ética da pesquisa, ressalta-se que os dados coletados foram de uso específico para o desenvolvimento desta pesquisa e as futuras anotações serão destruídas ou convenientemente descartadas. Fica esclarecido que não houve ou haverá riscos ou prejuízos à Instituição e nem para os participantes, pois os recursos a serem utilizados envolvem questionários e escuta sensível em grupos focais. Destaca-se também que essas interações aconteceram apenas com os entrevistados que autorizaram e que se sentiram à vontade para participar.

#### 4. Resultados e análise dos dados coletados

Nesta seção são apresentados os quadros categóricos que buscam abordar o cerne da pesquisa, integrando os princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com os objetivos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

Quadro 1 – Alinhamento dos Princípios da Educação Profissional e Tecnológica com os Objetivos do PRONATEC

PRINCÍPIOS DA EPT	OBJETIVOS DO PRONATEC
Inciso III – Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho	- Promover a qualificação profissional de jovens e adultos alinhados com as demandas do mercado. - Contribuir para a elevação da escolaridade de trabalhadores. - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade.

	- Promover a formação de profissionais.
Inciso VI – Indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras centradas nos estudantes.	- Integrar a teoria à prática, promovendo a formação integral dos estudantes. - Desenvolver abordagens pedagógicas inovadoras que estimulem a participação ativa dos estudantes. - Valorizar a aprendizagem contextualizada e a resolução de problemas reais.
Inciso XV – Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais	- Oferecer cursos alinhados com as necessidades locais e regionais. - Desenvolver currículos que incluam competências atualizadas e relevantes para o mercado de trabalho. - Estabelecer parcerias com setores produtivos para garantir a pertinência das formações.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de: <https://www.gov.br/pt-br/temas/pronatec>; [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm); <http://portal.mec.gov.br/pronatec> e [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=90891](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90891) (2023).

De acordo com o Quadro 2, iniciando com a categoria I, conceitos dos programas, o objetivo foi entender se, ao fazer um curso FIC, o egresso sabia ou ficou sabendo de qual programa ele participou. No quadro, está demonstrada a pergunta generativa e os egressos são agrupados por opinião similar. Estão representados pela sigla GEA, GEB e GEC, que significa Grupo de Egressos e foram apresentados alguns depoimentos mais relevantes.

Quadro 2 – Categoria das etapas de questionamento da pesquisa

CATEGORIA I – CONCEITOS DOS PROGRAMAS	CATEGORIA II – RAZÕES PARA PARTICIPAR (RELACIONADO AOS PRINCÍPIOS)	CATEGORIA III – SITUAÇÃO ANTES E DEPOIS (RELACIONADO AOS PRINCÍPIOS)
Descrição da compreensão da EPT e PRONATEC.	- Princípio do "preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho". - Princípio da "Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso".	- Descrição do <i>status</i> educacional e profissional anterior e posterior à participação de um curso FIC.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A visão dos egressos sobre a Educação Profissional e Tecnológica variou significativamente (Quadro 3). Enquanto o GEA demonstra uma falta de compreensão sobre o conceito, o GEB tem uma noção básica, frequentemente associando à educação profissional e tecnológica com preparação para o mercado de trabalho ou como um complemento ao ensino médio. Por outro lado, o GEC mostra um entendimento mais aprofundado e abrangente, reconhecendo a EPT como um meio de transformação pessoal e social, além de uma ferramenta para requalificação e desenvolvimento profissional. Essas percepções refletem a necessidade de uma comunicação mais efetiva

sobre o propósito e o alcance da Educação Profissional e Tecnológica, garantindo que seu valor e impacto sejam plenamente compreendidos por todos os envolvidos.

Quadro 3 – Visão dos egressos sobre os conceitos da EPT

ATEGORIA I - CONCEITOS DOS PROGRAMAS	QUANTITATIVO POR GRUPOS	NARRATIVAS MAIS RELEVANTES
O que você compreende sobre Educação Profissional e Tecnológica?	GEA 8 egressos não sabem	Rosária: seria uma regra para qualificar? Isabella: seria cursos para melhoria?
	GEB 13 egressos possuem alguma noção	Fernanda: prepara as pessoas para o futuro e contribui para a educação. Para mim, contribuiu muito. Stefany: são cursos paralelos ao ensino médio para profissionalizar os jovens. Kelvin: formação das pessoas para o futuro no trabalho com uma profissão melhor.
	GEC 9 egressos compreendem o significado	André: a educação profissionaliza o cidadão através da transformação das pessoas e um mundo mais justo. Eliane: é um desenvolvimento profissional e técnico, no meu caso foi uma requalificação. Lorrayne: prepara as pessoas inexperientes ou não para novas oportunidades de trabalho.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Por meio da análise do Quadro 4, notou-se que a visão dos egressos que foram entrevistados, aqueles que formam o grupo GEA, que são a maioria, embora já ouviram falar, desconhecem o conceito dos programas e políticas públicas para a educação profissional. Eles aliam o PRONATEC aos cursos a alguma coisa que o governo faz, mas não tem uma definição. Isso representa a ignorância principalmente dos jovens com o sistema político do governo brasileiro na área da educação. Também há uma insciência de quando surgiu o PRONATEC e como ocorre a distribuição dos cursos para os institutos e municípios.



Quadro 4 – Visão dos egressos sobre o PRONATEC

CATEGORIA I – CONCEITOS DOS PROGRAMAS	QUANTITATIVO POR GRUPOS	NARRATIVAS MAIS RELEVANTES
2) Para você o que é o PRONATEC?	GEA 13 egressos não sabem	Ecília: nunca parei a fundo para pensar sobre o que é PRONATEC, mas sempre ouvir falar. Mateus: seria uma rede pública de estudo, acho que é isso. Rosária: sabia, mas não lembro.
	GEB 12 egressos possuem alguma noção	Andrey: o PRONATEC foi uma mãe. Em parceria com o SENAI, o mérito de onde eu cheguei foi através deste curso. Patrícia: são cursos financiados pelo governo. Stefany: é uma rede ou programa que disponibiliza curso pelo governo. Gabriela S.: são cursos para nos atualizar e introduzir no mercado de trabalho.
	GEC 5 egressos compreendem o significado	Eliane: é um programa governamental que visa investimentos na EPT. Kelvin: é uma organização pública que oferta cursos. Vânia: programa nacional de acesso ao ensino e emprego. Divinilza: programas que o governo oferece para a qualificação para o trabalho.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Compreender os princípios da EPT e correlacionar aos objetivos do PRONATEC ajuda os egressos a reconhecerem a educação profissional não apenas como um meio de adquirir habilidades técnicas, mas também como uma plataforma para o desenvolvimento integral como cidadãos. Isso inclui a consciência de seus direitos e deveres, a capacidade de participar ativamente na sociedade e a habilidade de tomar decisões informadas e responsáveis.

Ao refletir sobre a relação entre os perfis profissionais e as demandas do mercado, os egressos puderam avaliar melhor como suas habilidades e conhecimentos se encaixam nas tendências atuais e futuras relacionadas ao trabalho. Isso é essencial para a adaptabilidade e a relevância contínua em um ambiente em constante evolução. Assim, nos quadros categóricos a seguir, foram destacados alguns questionamentos gerais direcionados a todos os entrevistados, em conformidade com os princípios e objetivos propostos.

Quadro 5 – Princípio da qualificação para o trabalho

CATEGORIA II - Razões para Participar (Relacionado aos Princípios)	QUANTITATIVO POR GRUPOS	NARRATIVAS MAIS RELEVANTES
Razões pessoais ou profissionais para ingressar no programa, considerando o princípio de "preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho".	GEA 11 egressos desejavam melhorar o currículo para atender à demanda do mercado	André: esse curso veio somar minha grade profissional na época. Foi muito importante para meu currículo. Andrey: eu não tinha nada no currículo. Rosária: ajudou no meu currículo. Ana: melhorar currículo e aprender algo diferente. Gabriela S.: melhorar pontuação em processo seletivo.
	GEB 10 egressos queriam aprender uma profissão	Nelma: aprender para adquirir alguma experiência [...] ter um norte para trabalhar direitinho. Fernanda: precisava aprender muita coisa para conseguir desenvolver no trabalho. Lorryne: precisava aprender algo, não tinha nenhuma experiência. Ursula: aperfeiçoamento técnico para o trabalho.
	GEC 9 egressos viram uma oportunidade de elevar a escolaridade	Cláudia: vi como uma oportunidade de conhecer pessoas e aprimorar minhas habilidades. Noêmia: senti necessidade de melhorar a escrita. Ecília: oportunidade de fazer uma atividade de extensão universitária. Kelvin: agreguei valor aos conhecimentos que tinha. Roselene: uma oportunidade de complementar minha formação técnica.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A análise das percepções dos egressos revela uma compreensão coerente do princípio de "preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho". Os três grupos identificam aspectos distintos desse princípio, refletindo uma abordagem mista da educação profissional, como apresentado a seguir:

- a) Melhoria do Currículo (GEA): grupo reconhece a importância da educação profissional para aumentar a competitividade no mundo do trabalho. A ênfase na melhoria do currículo sugere uma percepção de que a educação profissional é eficaz para se destacar e avançar na vida;
- b) Aprender uma Profissão (GEB): os egressos valorizam a aquisição de habilidades práticas e conhecimento técnico. Isso demonstra a relevância da educação profissional como um caminho para a empregabilidade, para aqueles que buscam uma diretriz para sua trajetória profissional;
- c) Elevação da Escolaridade (GEC): este grupo vê a educação profissional como uma oportunidade para o desenvolvimento pessoal e profissional. A ênfase na elevação da

escolaridade e no aprimoramento de habilidades indica uma compreensão de que a educação é um processo contínuo, essencial para a adaptação às mudanças.

Desse modo, entender também o princípio da educação como indissociável da prática social implica reconhecer que o aprendizado vai além do ambiente acadêmico e profissional. A ausência de narrativas no grupo GEC indica uma lacuna expressiva na ciência ou na capacidade de articular a relação entre educação e prática social. Isso pode sugerir uma desconexão na experiência educacional desses egressos, em que a aplicação prática do conhecimento teórico não foi suficientemente enfatizada ou percebida. Isso pode significar uma possível deficiência na maneira como os programas educacionais estão integrando teoria e prática (Quadro 6).

Quadro 6 – Princípio da indissociabilidade entre educação e prática social.

CATEGORIA II – Razões para Participar (Relacionado aos Princípios)	QUANTITATIVO POR GRUPOS	NARRATIVAS MAIS RELEVANTES
Razões pessoais ou profissionais para ingressar no programa, considerando o princípio da "indissociabilidade entre educação e prática social."	GEA 17 egressos acreditam ter total correlação, pois integrar a teoria à prática, promove a formação integral.	Mateus: encontrei amigos e fiz novas amizades. Madeleine: me reconstruí como profissional e me inseri de volta a sociedade, pois estava só em casa. Noêmia: a educação sempre leva as pessoas a crescerem em suas vidas. Gabriela S.: a educação desenvolve o ser humano nas suas competências e habilidades. Roselene: forma o cidadão para a vida.
	GEB 1 egresso considera que educação e prática social estimulam a participação ativa dos estudantes.	Patrícia: acredito que a educação pode ser um processo que ajuda na prática. Sandra: é importante ter em mente os dois conceitos.
	GEC 12 egressos não souberam opinar	Sem narrativas ... silêncio.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Portanto, é essencial que os programas de educação profissional revisitem e reforcem essa integração, garantindo que os egressos não apenas absorvam conhecimento, mas também desenvolvam habilidades para aplicá-lo de maneira eficaz em suas vidas profissionais e sociais. A falta de compreensão ou a incapacidade de articular a relação entre educação e prática social, como visto no GEC, pode impactar a informação que se supõem da eficácia da EPT.

Já no que se refere ao perfil profissional de conclusão de curso, é oportuno saber como os indivíduos entenderam suas motivações, aspirações e a consequência de suas escolhas profissionais em suas vidas e na sociedade.

Quadro 7 – Princípio da Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso

CATEGORIA II - Razões para Participar (Relacionado aos Princípios)	QUANTITATIVO POR GRUPOS	NARRATIVAS MAIS RELEVANTES
Razões pessoais ou profissionais para ingressar no programa, considerando o princípio da "Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso" e a necessidade de atender às "demandas sociais, econômicas e ambientais". Egressos dotaram atitudes mais éticas no trabalho e tiveram mais iniciativa e responsabilidade.	GEA 18 Desenvolveram currículos que incluíram competências atualizadas e relevantes para o mercado de trabalho.	Nelma: eu não sabia nada ficava em casa e os cursos me deram suporte para procurar trabalho. Divinilza: melhorou meus conhecimentos no local que trabalhava, me aperfeiçoei. Alexia: ajudou, hoje sua assistente administrativo.
	GEB 7 egressos desenvolveram novas práticas para o ambiente de trabalho.	Kelvin: aprendi muita coisa até o comportamento e higiene para o ambiente trabalho. Vânia: aprendi a ajudar e ouvir as pessoas e melhorar todos os aspectos no local de trabalho. Gabriela S.: tanto a educação superior quanto a educação profissional me ajudou a melhorar minha interação com as pessoas no trabalho.
	GEC 5 egressos adquiriram novos conceitos associando a interdisciplinariedade para atender aos setores produtivos locais	Ecília: adquiri conhecimento novo que abrangeu várias ideias. Stefany: todos os cursos me trouxeram aos meus conhecimentos atuais. Jéssica: aprendi novos conceitos e iniciei o aprendizado de uma nova língua.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

A avaliação das respostas dos egressos reflete uma compreensão positiva da identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, alinhado às demandas sociais, econômicas e ambientais. Os egressos reconhecem a importância de desenvolver competências que não são apenas técnicas, mas também comportamentais e interdisciplinares, essenciais para o sucesso alinhados com as necessidades atuais, preparando-os para serem profissionais mais competentes e adaptáveis. Mesmo com um pouco de dificuldade de dissertarem sobre conceitos e entendimento dos princípios que envolvem a EPT e o mundo do trabalho, as narrativas dos egressos demonstram que os programas de educação profissional estão cumprindo um papel relevante na preparação de profissionais e que atendem às demandas contemporâneas dos setores produtivos. A partir destas reflexões, logo uma das preocupações e linha principal de investigação desta pesquisa é identificar se a formação inicial e continuada (FIC) trouxe algum sentido ou mudança relevante na vida dos entrevistados.

Quadro 8 – Status profissional antes e depois de um curso FIC

CATEGORIA III – Situação antes e depois (Relacionado aos Princípios)	QUANTITATIVO POR GRUPOS	NARRATIVAS MAIS RELEVANTES
Descrição do <i>status</i> educacional e profissional anterior a participação de um curso FIC.	GEA 11 egressos estavam desempregados e conseguiram emprego	Stefany: sem experiência, sem currículo e desempregada recém saída do ensino médio, consegui 1º emprego. Gabriela S.: estava procurando trabalho, pontuei e passei em processo seletivo. Andrey: era estagiário, hoje estou realizado e o que eu tenho hoje veio do curso que fiz.
	GEB 14 egressos estavam empregados e melhoraram seu desempenho	Fernanda: aprendi muito e uso o aprendizado até hoje. Eliane: muita coisa que uso na parte administrativa foram conhecimentos do curso, antes não tinha noção. Rosária: era cuidadora de crianças, agora sou vendedora. Úrsula: era caixa de supermercado, agora estou administração.
	GEC 5 egressos não sentiram diferença ou decidiram fazer um curso superior	Cláudia: sempre trabalhei com arte. Ecília: não mudou, mas me abriu oportunidade de trabalhar gerando um plano B. Noêmia: não mudou, mas me ajudou a desenvolver no curso universitário que fazia na época. Jéssica: não fez muita diferença, pois o curso não teve segundo módulo.

Fonte: elaborado pela autora (2023).

O Quadro 8 mostra uma mudança positiva para os egressos desempregados (GEA), que antes do curso, estavam sem emprego e, após a conclusão, a maioria conseguiu uma colocação. Isso indica que o curso FIC forneceu algumas habilidades e conhecimentos necessários para propiciar a empregabilidade. Já entre os empregados (GEB), o curso FIC parece ter contribuído para a melhoria, seja através de promoções, aprimoramento de práticas profissionais ou oportunidades de empregos melhores. Por outro lado, alguns egressos (GEC) não perceberam uma alteração representativa após o curso. Isso pode ser devido a vários fatores, incluindo a relevância do curso para suas aspirações específicas, a qualidade do conteúdo curricular do curso ou preferiram se dedicar ao ensino superior. No entanto, a variação nos resultados sugere a necessidade de uma avaliação contínua da relevância e qualidade dos cursos FIC, garantindo que eles atendam efetivamente às necessidades dos alunos e às demandas locais.

## 5. Considerações Finais

O PRONATEC foi criado em 2011 em um momento de otimismo econômico no Brasil, visando ampliar a educação profissional, especialmente para os jovens de baixa renda. A implementação desses programas educacionais exigia considerar influências políticas, econômicas e sociais. No município de pesquisa, as ofertas esporádicas de

cursos levaram à análise da trajetória do PRONATEC de 2011 a 2021 e revelaram impactos na vida laboral e preparação dos indivíduos para o trabalho. Assim, as narrativas dos egressos evidenciaram ambivalência, denegação e recorrências, oferecendo uma visão enriquecedora.

Como elemento limitante, esse estudo identificou a falta de documentação oficial sobre o histórico do programa e levou à dependência das narrativas dos participantes para embasar a pesquisa, contribuindo para a construção de uma memória social e institucional importante.

Apesar das críticas sobre a qualidade e relevância dos cursos, muitos egressos relataram uma transição mais suave para o mercado de trabalho e habilidades valorizadas pelos empregadores. Em uma década, o PRONATEC melhorou a empregabilidade dos jovens, embora enfrente desafios contínuos. Os egressos reconhecem a educação profissional como fundamental para o desenvolvimento de competências, tanto para o trabalho, quanto para o crescimento pessoal, alinhando-se com a visão contemporânea da educação profissional como fundamental para a formação integral do indivíduo.

As histórias, percursos e desafios enfrentados na pesquisa destacam a importância do questionamento e da incerteza, abrindo possibilidades para novas abordagens na educação profissional no município, incentivando reflexões e diálogos contínuos.

## 6. Referências

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. **Análise de narrativa e práticas de entendimento social**. DELTA, n.º 31-especial, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>. Acesso em: dez. 2022.

BATISTA, Eraldo Leme; MÜLLER, Meire Terezinha. Percurso Histórico do ensino profissional no Brasil: da Colônia ao início do século XXI. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 228, maio/jun., 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/56256>. Acesso em: jun. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Lufs Antero Rento e Augusto Pinheiro. São Paulo Edições 70, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Pronatec**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 12.513 de 26 de outubro de 2011. **Institui o programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e outras providências. E institui o programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20institui%C3%ADdo%20o%20Programa,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm#:~:text=1%C2%BA%20%C3%89%20institui%C3%ADdo%20o%20Programa,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico). Acesso em: jun. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 3.415 de 20 de fevereiro de 2017. **Estabelece mudanças no ensino médio.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm). Acesso em: dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 13.005 de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação tecnológica e dá outras providências.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8948.htm). Acesso em: jul. 2022.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. **Histórico da educação profissional e tecnológica no Brasil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=68731>. Acesso em: set. 2022.

\_\_\_\_\_. Ementa constitucional n.º 85, de 26 de fevereiro de 2015. **Altera e adiciona dispositivos na Constituição Federal para atualizar o tratamento das atividades de**

**ciência, tecnologia e inovação.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicaoEmendas/Emc/emc85.htm#art1](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicaoEmendas/Emc/emc85.htm#art1). Acesso: maio 2023.

CALDEIRA, Daniela Machado. Práticas educacionais: um recorte histórico do ensino profissionalizante e a 4ª geração do ensino no Brasil. **Rev. Desen. Inov. Tecn.**, Goiânia, GO, v. 2 n. 1, p. 113-115, 2021.

CORDEIRO, Luísa Fernandes. **As transformações no mundo do trabalho:** a produção flexível e suas manifestações na subjetividade do trabalhador. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7822>. Acesso em: jul. 2022.

CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira; SILVA, Maria Abadia da. **Avaliação de Políticas Públicas de Educação.** Brasília: Faculdade de Educação/UnB: Líber Livro, 2012.

GOIÁS. Lei n.º 18.931, de 08 de julho de 2015 - Revogada pela Lei n.º 20.976, de 30-03-2021, art. 5º, I. **Cria e denomina os Institutos Tecnológicos do Estado de Goiás -ITEGOS- e dá outras providências.** Governo do Estado de Goiás, Secretaria de Estado da Casa Civil. Disponível em <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/93182/pdf>. Acesso em: jun. 2022.

GOIÁS. Lei n.º 18.969 de julho de 2015. **Cria o Plano estadual de educação de Goiás (2015-2025).** Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/files/PLANO-ESTADUAL-DE-EDUCACAO-PEE-2015-2025-1.pdf>. Acesso em: dez. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei n.º 20.976, de 30 de março de 2021. **Cria e denomina as Escolas do Futuro do Estado de Goiás - EFGs e os Colégios Tecnológicos do Estado de Goiás - COTECs e dá outras providências.** Governo do Estado de Goiás, Secretaria de Estado da Casa Civil. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/103915/pdf#:~:text=MAR%C3%87O%20DE%202021-Cria%20e%20denomina%20as%20Escolas%20do%20Futuro%20do%20Estado%20de,COTECs%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em: jun. 2022.

IBGE. **Brasil/Goiás/Alto Paraíso de Goiás.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/alto-paraiso-de-goias/panorama>. Acesso em: mar. 2022.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. *In:* BAUER, Martin; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto, imagem e Som:** um manual prático. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.cap.4, p.92.



MÜLLER, Pierre. **A análise das Políticas Públicas**. [traduzido por Agemir Bavaresco e Alceu R. Ferrano]. Pelotas: Educat, 2002. Disponível em: <https://docplayer.com.br/27855597-A-analise-das-politicas-publicas.html>. Acesso em: jul. 2022.

ORTIGARA, Claudino. **Políticas para a educação profissional no Brasil: os institutos federais de educação, ciência e tecnologia e a educação integral**. 2. ed. - Pouso Alegre: IF SUL DE MINAS, 2021. Disponível em: [https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes\\_livros/POL%C3%84DTICAS\\_PARA\\_A\\_EDUCA%C3%87%C3%83O\\_PROFISSIONAL\\_NO\\_BRASIL.pdf](https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/proex/publicacoes_livros/POL%C3%84DTICAS_PARA_A_EDUCA%C3%87%C3%83O_PROFISSIONAL_NO_BRASIL.pdf). Acesso em: jul. 2022.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGnkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: dez. 2022.

SILVA, Daniel Neves. O que foi a Coluna Prestes? **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-a-coluna-prestes.htm>. Acesso em: jun. 2022.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique; SOUZA, Lincoln Moraes de. A trajetória do PRONATEC e a reforma do ensino médio: algumas relações com a política de educação profissional mundial. **Revista Trabalho Necessário**, ano 16, n. 30, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10092>. Acesso em: jan. 2023.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique. A implementação do Pronatec e as implicações na política de educação profissional: o prescrito e o efetivado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, e. 240913, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/pLKbmV8cm7PC37ByM6XM6wb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: jan. 2023.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.